



Boletim Informativo nº. 03/2019

Cuiabá/MT, 31 de julho de 2019.

1. NOVIDADES LEGISLATIVAS

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEI N.13.861, de 18 DE JULHO DE 2019 - Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos.

DECRETO Nº 9.926, DE 19 DE JULHO DE 2019 - Dispõe sobre o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas.

DECRETO Nº 9.930, DE 23 DE JULHO DE 2019 - Altera o Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011, que dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura.

PROJETOS DE LEI

“Nascituro”

Novas propostas na Câmara e Senado reacendem debate sobre proteção jurídica do nascituro. Só neste ano surgiram na Câmara três projetos de lei que versam acerca do tema. No Senado, também, novo PL volta a tema pacificado na jurisprudência pelo STF – a criminalização do aborto motivado pela má formação fetal, na contramão da decisão do STF na ADPF 54. Confira, [clique aqui](#).

“Uso de equipamentos não letais nas escolas: incapacitação neuromuscular”

Foi protocolado na Câmara Federal, no dia 10 deste mês, um projeto de lei que regulamenta o uso de equipamentos não letais — como spray de pimenta e armas de eletrochoque — por professores das redes pública e privada, em todo o Brasil. É de autoria do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ).

A ementa é assim: *“Disciplina o uso de equipamentos não letais pelo docente nos estabelecimentos de ensino da rede pública e privada em todo o território nacional e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, Estatuto do Desarmamento, para dispor sobre armas de incapacitação neuromuscular (armas de eletrochoque)”*. Leia mais [clikando aqui](#).



“Prorrogação da licença maternidade para partos prematuros”

A Câmara dos Deputados aprovou no dia 27 de março de 2019 o projeto de Lei 472/2019, que prorroga o início da licença-maternidade para mães de bebês que ficarem internados por mais de três dias após o nascimento, sendo muito comum em partos prematuros. O projeto prevê que a contagem do prazo deixe de iniciar a partir da data do parto e passe a contar no dia da alta hospitalar. A proposta foi aprovada pela câmara dos deputados e aguarda agora a aprovação no Senado.

Para a autora do projeto, a deputada federal Paula Belmonte, o intuito é possibilitar que as mães convivam por mais tempo com seus filhos, antes de voltar à rotina diária de trabalho.

Leia mais [clikando aqui](#).

“Presença de psicólogos nas escolas da rede pública de ensino pode se tornar Lei”

Projeto do deputado estadual Diego Sorgatto visa melhorar a eficiência do ensino por meio intervenções preventivas dos psicólogos.

Foi apresentado na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) nesta quarta-feira, 17/07, Projeto de Lei com autoria de Diego Sorgatto (PSDB) que busca tornar obrigatória a presença de psicólogo escolar na rede pública de ensino em Goiás. A justificativa para a matéria explica que o psicólogo atuará junto às famílias, corpo docente, discente, direção e equipe técnica da escola para evitar episódios violentos. Saiba mais sobre este projeto de lei estadual [clikando aqui](#).

Projeto de Lei nº 2.169, de 2019: Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida socioeducativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade. Leia mais [clikando aqui](#).

Projeto de Lei nº 4.138, de 2019: Estabelece a obrigação de os pais ou responsáveis comparecerem às escolas de seus filhos para acompanhamento do processo educativo. Leia mais [clikando aqui](#).



2. MP-MT EM AÇÃO

Evento Próximo! Participe! Dias 08 e 09 de agosto.

Encontro Estadual de Educação: Prevenção de Bullying, Suicídio e da Violência Escolar

Data: 08 e 09 de agosto de 2019 Local: Auditório da PGJ

MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

CEAF
Centro de Estudos e
Aperfeiçoamento Funcional

ITIQUEIRA

Município de Itiquira acata recomendação do MPMT e instala unidade de acolhimento

Após quase oito anos de impasse, o Município de Itiquira (a 357 km de Cuiabá) finalmente instalou uma unidade de acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de risco, abandono ou afastados do convívio familiar. A instituição funciona em local provisório - prédio alugado, desde maio, e atualmente abriga um adolescente.

O promotor de Justiça **Cláudio Ângelo Correa Gonzaga** explica que existe uma ação de execução de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em tramitação há quase oito anos na comarca, na qual o Município se recusava a construir um abrigo para as crianças e adolescentes em situação de risco. "O provimento jurisdicional, no entanto, ainda não foi efetivado em razão de uma série de recursos protelatórios por parte do Município. Surgiu, então, a necessidade de acolhimento de duas adolescentes que, em razão da ausência de unidade específica para esse fim, ficaram em um espaço improvisado no prédio da Secretaria de Assistência Social", contou. [Clique aqui](#) e acesse a notícia na íntegra.

Projeto mobiliza motoristas de MT e MS contra abuso sexual e exploração de crianças e adolescentes

Mais uma iniciativa do projeto "Por um Conselho Tutelar Sem Divisas – Agindo localmente, pensando globalmente" foi concretizada. Desta vez, Ministério Público e Conselhos Tutelares de quatro municípios, sendo dois de Mato Grosso e dois de Mato Grosso do Sul, realizaram ações



educativas contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes na BR 163 no Posto de Fiscalização na divisa dos estados de MS e MT.

Participaram da iniciativa, coordenada pelos promotores de Justiça Adriano Barrozo da Silva (MP/MS) e Ludmilla Evelin de Faria Sant Ana Cardoso (MP/MT), representantes dos municípios de Sonora e Pedro Gomes, ambos em Mato Grosso do Sul, e de Itiquira (MT) e Rondonópolis, localizados em Mato Grosso. A ação contou com o apoio da Polícia Rodoviária Federal (PRF), dos promotores de Justiça que atuam nos respectivos municípios e da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Criança e do Adolescente. Para ler mais, [clique aqui](#).

PORTO ESPERIDIÃO

Promotoria de Justiça requer liminar para determinar reforma de escola estadual

O Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) ajuizou ação civil pública em desfavor do Estado de Mato Grosso com pedido de liminar para reforma da Escola Estadual Pedro Neca, em Porto Esperidião (a 326km de Cuiabá). A Promotoria de Justiça da comarca requereu, em caráter de urgência, reparos nas paredes; construção de novos rodapés; substituição de telhas podres ou quebradas; substituição das calhas antigas; reforma completa no banheiro dos alunos; substituição dos pilares de madeira danificados e com cupim por pilares de concreto; nova pintura e substituição do forro danificado em todo o ambiente escolar; substituição da fiação elétrica antiga e das luminárias da escola. Acesse a matéria na íntegra [clikando aqui](#).

SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

4ª edição do projeto “Bom na Escola, Bom de bola” começou no dia 08 de julho. A semana esportiva tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento físico e intelectual das crianças e adolescentes, estimular a prática esportiva e melhorar o aproveitamento escolar e a qualidade de vida dos alunos de 10 a 15 anos da rede pública e privada de ensino.

Conforme o promotor de Justiça **Luiz Fernando Rossi Pipino**, os alunos das quatro escolas do município são monitorados semestralmente. Aqueles que atendem aos critérios do projeto são credenciados para participar da competição. “Essa é uma maneira de estimular os estudantes a cumprir com os afazeres no decorrer do ano letivo e, por outro lado, valorizar essa dedicação aos estudos”, argumenta. A 4ª edição do projeto “Bom na Escola, Bom de bola” começou dia 08/07/19. ([Clique aqui](#)).



4ª Edição do "Bom na escola, Bom de bola" reúne mais de 400 pessoas em São José do Rio Claro/MT. ([Clique aqui](#)).

NOVA MONTE VERDE

Arraiá do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos reúne crianças e adolescentes.

Integrantes da Rede de Proteção à Infância e Juventude, no município de Nova Monte Verde, distante 953 Km de Cuiabá, participaram do Arraiá do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Crianças e adolescentes entre seis a 17 anos foram envolvidos na dinâmica, ocorrida nesta semana.

O promotor de Justiça Cleuber Alves Monteiro Junior destacou a importância da iniciativa para a promoção da cidadania e garantia dos direitos da criança e do adolescente. “Estas atividades são demonstrações da efetividade e fortalecimento da Rede de Proteção da Infância e Adolescência no município”, acrescentou. Para ler mais, [clique aqui](#).

RIO BRANCO

Cerimônia de premiação levou teatro, música e poemas à cidade de Rio Branco.

Quinta-feira, final de tarde em Rio Branco (município distante 336 Km de Cuiabá). Aos poucos, os moradores se dirigem à praça central da cidade para uma noite de premiação. De longe já é possível avistar os balões e o tapete vermelho no chão que sinalizam uma noite especial em reconhecimento ao trabalho dos participantes do concurso “A arte contra a violência doméstica”, promovido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso em parceria com os municípios de Rio Branco, Lambari D’Oeste e Salto do Céu. Para ler mais, [clique aqui](#).

CUIABÁ

Fórum Intersetorial debate avaliação dos planos Estadual e Municipal de Educação

A terceira reunião do Fórum Intersetorial de Acompanhamento do Plano Nacional de Educação foi realizada na tarde de quinta-feira (25 de julho), na sede das Promotorias de Justiça de Cuiabá, com objetivo de debater as avaliações dos planos Estadual e Municipal de Educação. Após as exposições



dos representantes das secretarias, os demais integrantes do grupo debateram o cenário atual da educação, os avanços e as necessidades de aperfeiçoamento.

O promotor de Justiça Miguel Shlessarenko Junior, idealizador do Fórum implantado em fevereiro deste ano, explica que as apresentações foram relacionadas às metas eleitas como prioritárias pelo grupo, que são a universalização da educação infantil, educação inclusiva, alfabetização das crianças até o 3º ano do ensino fundamental, qualidade da educação básica e educação de jovens e adultos. [Clique aqui](#) e acesse a notícia na íntegra.

Bons Exemplos: “Jovens de Futuro” contam suas histórias em transmissão ao vivo

Exemplos de força, dedicação e perseverança para juventude. Astronauta, político, design de mídias sociais, professor, são profissões que para muitos podem até estar longe de ser uma realidade, mas não para esses quatro jovens entre 12 e 21 anos. Eles contaram suas histórias em transmissão ao vivo “Jovens de Futuro, na sede da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECITECI), no Centro Político Administrativo, com a presença do procurador de Justiça Paulo Prado, titular da Procuradoria Especializada em Defesa da Criança e Adolescente de Mato Grosso.

Para o procurador de Justiça Paulo Prado, esses jovens são exemplo de força e determinação. “Eu fico emocionado ao ver esses jovens contando seus sonhos, ainda mais no momento em que estamos passando por uma crise na educação, corte de verbas, índice elevado de desemprego, eles me orgulham muito com essas histórias, que servem de exemplo para muita gente. Precisamos acreditar em nossos sonhos e ajudar os outros que almejam a realização de uma profissão, tudo é possível, basta acreditar e querer de verdade. Daqui uns anos teremos astronauta, político, talento no audiovisual, professor, são desejos limpos e verdadeiros e que representam a juventude”, declarou. Para acessar a íntegra da matéria, [clique aqui](#).

Padrasto é condenado a 20 anos de reclusão por morte de criança.

O Tribunal do Júri condenou Tallys Henrique Piris de Miranda a 20 anos de reclusão em regime inicialmente fechado pelo homicídio triplamente qualificado de Hector Ulisses Batista Gomes, criança de um ano e nove meses, filho de sua ex-companheira. A sentença foi proferida no fim da tarde desta terça-feira (23) pela juíza Mônica Catarina Perri Siqueira, da 1ª Vara Criminal da Comarca de Cuiabá, que acolheu denúncia do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

O julgamento começou às 9h, no Plenário do Júri, no Fórum de Cuiabá. O promotor de Justiça Vinícius Gahyva Martins, coordenador do Núcleo de Defesa da Vida e titular da 1ª Promotoria de Justiça da Capital, foi o responsável pela acusação. “Foi um crime horrendo, envolvendo uma criança com idade inferior aos dois anos de idade. Apesar da condenação, o réu poderá recorrer da sentença em liberdade”, disse o promotor.

Para acessar a íntegra da matéria, [clique aqui](#).



3. NOTÍCIAS ATUAÇÃO DE OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

Ministério Público Federal

MPF pede à Justiça que obrigue o Instituto Federal do Pará a providenciar intérprete de Libras para alunos surdos em Itaituba (PA). ([Clique aqui](#))

MPT/Juína

Juína avança no combate ao trabalho infantil. ([Clique aqui](#))

MP-RS

Implementação de serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes ameaçados

A 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, no último dia 26 de junho, ratificando decisão de primeira instância, determinou que o Estado do Rio Grande do Sul implemente, de modo permanente, no âmbito estadual, serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes envolvidos em ilícitos penais/infracionais graves, incluindo egressos da FASE, bem como aos ameaçados de morte.

A ação civil pública foi ajuizada pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude responsável pelo Acolhimento Institucional de Porto Alegre, a partir da constatação da falta de espaços específicos para acolher esse público, formado por crianças e adolescentes envolvidos em ilícitos penais/infracionais, uma vez que a presença desses jovens no acolhimento institucional existente gera medo e risco para eles próprios, para os demais acolhidos e servidores. ([Clique aqui](#))

MP firma acordos para preparação e inclusão profissional de acolhidos de Porto Alegre

Dezenas de sorrisos adolescentes iluminaram a manhã desta quinta-feira, 27, nas dependências do SINE, em Porto Alegre. Por meio do projeto “Consciência SINE - Primeiro Emprego”, 147 jovens acolhidos em sete locais, entre abrigos e casas lares da Capital, foram beneficiados e passaram o dia em diversas atividades, como dinâmicas de integração, sensibilização sobre o mercado de trabalho, rodas de conversa, orientação sobre uso de redes sociais, entrevistas e confecção de currículo. Para acessar a íntegra da matéria, [clique aqui](#).



MP-AC

Projeto “Musicalizando Pessoas com Amor e Carinho”.

Idealizado pelo Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), foi uma das 50 iniciativas selecionadas pelo primeiro edital de apoio do Movimento Bem Maior.

Executado no município de Cruzeiro do Sul pelo MP acreano, em parceria com o Exército Brasileiro e o Poder Judiciário, o projeto “Musicalizando Pessoas com Amor e Carinho” vem transformando há mais de dois anos a vida de cerca de 400 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Leia mais [clcando aqui](#).

MPAC inicia 2ª edição do projeto “Refazendo Trilhas”.

Dando início à nova etapa, a procuradora-geral de Justiça recebeu em seu gabinete os 10 adolescentes e seus familiares, selecionados para a 2ª fase do projeto. O “Refazendo Trilhas” possibilita aos adolescentes a prestação de serviço à comunidade nos variados setores do MP acreano, além de promover um conjunto de ações que envolvem tanto os adolescentes, quanto suas famílias. Para ler mais, [clique aqui](#).

MP-PE

Santa Maria do Cambucá: boates, bares e casas de show precisam obedecer ao ECA. Leia mais [clcando aqui](#).

MP-RN

Mossoró: Justiça determina perda de mandato de conselheiro tutelar que estava acumulando a função de advogado. O MPRN conseguiu que a Justiça Potiguar sentenciasse pela perda do mandato de conselheiro tutelar a um advogado mossoroense que estava desempenhando as duas funções concomitantemente. A Ação Civil Pública foi ajuizada pela 12ª Promotoria de Justiça da comarca. A partir de agora, o Município deve proceder com a nomeação e posse do conselheiro tutelar suplente. Leia mais [clcando aqui](#). Leia a [ação](#) movida pelo MP/RN e a [sentença](#).

MP-MG

Acordo com foco no esporte educacional beneficiará 250 crianças e adolescentes por ano em BH e Ribeirão das Neves

Duzentos e cinquenta crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com idades entre 10 e 16 anos, serão beneficiadas anualmente com um programa de desporto educacional que



será implantado em decorrência de um acordo judicial firmado entre o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o América Futebol Clube (AFC). O projeto prevê que crianças e adolescentes de Belo Horizonte e Ribeirão das Neves participem de escolas de futebol como forma de inclusão social. Para ler mais, [clique aqui](#).

MP-MA

SÃO VICENTE FÉRRER - MPMA emite Recomendação sobre funcionamento do Conselho Tutelar

A Promotoria de Justiça de São Vicente Férrer expediu, em 25 de junho, uma Recomendação a respeito da situação do Conselho Tutelar do Município. Um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) sobre o mesmo tema havia sido assinado em 23 de abril mas várias de suas cláusulas não foram cumpridas pela Prefeitura. Uma inspeção foi realizada pelo Ministério Público em 21 de junho. Para ler mais, [clique aqui](#).

LER, ESCREVER E PENSAR - Projeto chega a mais três municípios maranhenses

O Ministério Público do Maranhão lançou em mais três municípios da Baixada Maranhense o projeto “Ler, escrever e pensar: conscientizar para transformar”. Na terça-feira, 25, em Palmeirândia, o evento foi realizado no Ginásio Poliesportivo pela manhã. À tarde do mesmo dia, em Bacurituba, foi sediado na quadra esportiva José Bráulio Vale Porto. Para acessar a íntegra da matéria, [clique aqui](#).

MP-GO

Promotora de Anápolis faz palestra para candidatos aos cargos de conselheiro tutelar

O Ministério Público de Goiás, por meio da promotora de Justiça Carla Brant Sebba Roriz, promoveu na última sexta-feira (28/6) uma palestra para candidatos aos cargos de conselheiro tutelar em Anápolis com o objetivo de demonstrar a importância dos Conselhos e da atuação dos conselheiros frente à rede de proteção de crianças e adolescentes.



4. NOTÍCIAS TRIBUNAIS SUPERIORES

STF: Plenário virtual poderá ser acompanhado em tempo real

Mudança integra ampliação de julgamentos no sistema. A fim de acelerar a prestação jurisdicional, o STF decidiu ampliar os casos que poderão ser julgados em plenário virtual. O objetivo é otimizar as pautas e assegurar a duração razoável do trâmite. ([Clique aqui](#))

STF: Suspensa recomendação 38/19 do CNJ sobre cumprimento de ordem mesmo com decisão judicial contrária

Pedidos foram feitos por associações de magistrados contra recomendação 38/19 da Corregedoria Nacional de Justiça. O ministro Marco Aurélio, do STF, suspendeu os efeitos da recomendação 38/19 da Corregedoria Nacional de Justiça, que orienta os Tribunais de todo o país a obedecerem a ordens da corregedoria mesmo quando houver decisão judicial em sentido contrário – exceto quando a decisão vier do Supremo. Para obter mais informações sobre a decisão [clique aqui](#).

STJ: 2ª Turma do STJ determina que município do Estado de Mato Grosso assegure vaga para criança em creche. ([Clique aqui](#))

STJ não conhece recurso interposto pelo Estado e decisão que estabelece conta específica para recursos do SUS em MT é mantida. ([Clique aqui](#))

STJ: Município gaúcho não consegue ampliar carga horária de conselheiros tutelares. O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, indeferiu pedido de suspensão de segurança feito pelo município de Canoas (RS) e manteve válida a liminar que permitiu o cumprimento de carga de trabalho de seis horas diárias e de 30 horas semanais para os conselheiros tutelares. ([Clique aqui](#)).

STJ: Adoção à brasileira: Em 27/02/19 a 3ª Turma do STJ julgou três casos mantendo situação de crianças. ([Clique aqui](#)).

STF julgará HC coletivo de adolescentes internados em casas de custódia superlotadas. ([Clique aqui](#)).



STJ: Jurisprudência reconhece direitos e limites à proteção jurídica do nascituro ([Clique aqui](#)).

5. INFORMATIVOS DE JURISPRUDÊNCIA

Informativo 942 – STF – É inconstitucional lei que autorize o trabalho de gestantes e lactantes em atividades insalubres. ([Versão completa](#) ou [versão resumida](#)).

Informativo 941 - STF - Fornecimento pelo Poder Judiciário de medicamentos não registrados pela ANVISA. ([Versão completa](#) ou [versão resumida](#)).

Informativo 640 - STJ - Admissibilidade de desconto em folha de dívida de natureza alimentar ainda que haja anterior penhora de bens do devedor. ([Versão completa](#) ou [versão resumida](#)).

6. NOTÍCIAS TJ/MT

Rompimento do vínculo conjugal com pais e filhos é trabalhado pela Justiça

Repensar a forma de se relacionar com ex-maridos, ex-mulheres e filhos após o rompimento do vínculo conjugal é o principal objetivo do Poder Judiciário de Mato Grosso ao trabalhar a Oficina de Pais e Filhos com as famílias envolvidas em processos judiciais de divórcio, guarda, alimentos e questões dessa temática.

O trabalho foi realizado na sexta-feira (5 de julho) com a participação de 18 crianças, nove adolescentes e 100 adultos, separados em salas diferentes, de forma que cada um leve para si os conhecimentos e vivências da oficina de acordo com a realidade de pai, mãe ou filho. Para acessar a matéria na íntegra [clique aqui](#).

Justiça fará Círculo de Paz com quase mil meninas de Cuiabá

Durante duas semanas o Núcleo Gestor da Justiça Restaurativa (Nugjur) e o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) realizaram Círculos de Construção de Paz com crianças do Projeto Siminina em Cuiabá. Na última sexta-feira (05/07) foi a vez de meninas da Unidade do Distrito do Sucuri, com idades entre 6 e 13 anos. Pouco mais de 50 meninas



participaram do exercício. Até o final dos trabalhos serão cerca de mil meninas. Para ler mais, [clique aqui](#).

Verbas pecuniárias incentivam crianças ao estudo em Vila Bela

Na zona rural de Vila Bela da Santíssima Trindade (521 Km a oeste de Cuiabá) o tempo livre que os adolescentes têm é preenchido com aulas de música do projeto 'Fanfarra Batidão da Fronteira'. Eles aprendem a notas, melodias e manuseio de instrumentos pesados que são usados na banda da cidade. O objetivo desse programa, na comunidade de Nova Fortuna, é afastar os jovens das drogas e que estejam bem na escola, já que para participar do projeto é necessário comprovar boas notas e frequência escolar. Para maiores informações, [clique aqui](#).

Empresa aérea pagará R\$ 30 mil por 'cancelar' voo de adolescente nos EUA

Já pensou em ter o voo cancelado em um país que você não domina o idioma, ser menor de idade e não pode resolver legalmente os empecilhos e ainda enfrentar um clima de 10 graus negativos? Pois é, esse caso aconteceu no ano de 2013 e a empresa aérea foi condenada por cancelar voo de adolescente que voltava de um intercâmbio cultural high school, na cidade Glenwood-no, no estado de Arkansas/EUA. A empresa terá de pagar R\$ 452 em danos materiais e outros R\$30 mil a título de danos morais. Para saber mais, [clique aqui](#).

Juíza aconselha pais sobre autorização de viagens de menores

O primeiro período de férias escolares, com a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em vigor, está se aproximando e para muitas famílias esta é a oportunidade das crianças e adolescentes viajarem e por vezes, devido a compromissos profissionais, um dos pais, ou os dois, acabam não podendo curtir esse momento. Então, o filho segue desacompanhado dos responsáveis. Para ler mais, [clique aqui](#).

Formulários do projeto Pai Presente devem ser entregues até dia 2 de agosto

A Diretoria do Foro da Comarca de Cuiabá fixou o dia 2 de agosto de 2019 como prazo final para o preenchimento e a devolução dos formulários do projeto "Pai Presente", a ser realizado na própria Diretoria do Foro, na Divisão Administrativa, Setor de Processos. Segundo a Portaria 9/2019, assinada pelo juiz diretor do Foro, Luís Aparecido Bortolussi Júnior, deverão ser inseridos dados e fotocópia dos documentos pessoais dos interessados em obter o reconhecimento da paternidade, nos casos em que o suposto pai deva ser intimado ou localizado por meio de oficial de Justiça. Para acessar a íntegra da matéria, [clique aqui](#).



Justiça de Mato Grosso implementará intimação por WhatsApp

O procedimento de intimação por meio do aplicativo de mensagem WhatsApp entrará em funcionamento no Poder Judiciário de Mato Grosso. A nova opção começará a funcionar nos processos dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais, da Fazenda Pública e na Turma Recursal do TJ. As partes poderão assinar um termo de adesão quando forem ao Juizado levar sua representação. Para ler mais, [clique aqui](#).

7. NOTÍCIAS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DE OUTROS ESTADOS

TJ-DF

Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJ-DF divulga resultado do edital de boas práticas para a primeira infância. ([Clique aqui](#)).

Licença-maternidade

Justiça do DF defere tutela de urgência para assegurar licença-maternidade de 120 dias à servidora para cuidar de filho gerado pela companheira. Na decisão, a juíza de Direito substituta Acácia Regina Soares de Sá faz uma série de referências ao voto do ministro Carlos Ayres Britto no julgamento do STF, em 2011, que reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar, sendo vedada qualquer discriminação nesse sentido. ([Clique aqui](#)).

Decisão 3ª Turma Recursal dos JECível: Pai receberá indenização por danos morais em razão de ter sido impedido de assistir parto da filha

A decisão que condenou o Distrito Federal a pagar indenização, por danos morais, a pai que foi impedido de acompanhar o nascimento da filha no Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB) foi mantida, por unanimidade, pela 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal. Além do pai, a mãe da criança também será indenizada. Leia mais [clitando aqui](#).



Condomínio e responsável devem indenizar criança que sofreu acidente em parquinho

A 8ª Turma Cível do TJDFT rejeitou, por unanimidade, recurso de condomínio, condenado a pagar indenização por danos morais a uma criança de quatro anos, que sofreu acidente em brinquedo instalado no parquinho do edifício. O condomínio e os responsáveis pela criança haviam sido condenados a pagar a indenização, de forma concorrente. Para ler mais, [clique aqui](#).

TJ-SP

Modernidade

Um pai que vive nos EUA conseguiu no TJ/SP a regulamentação do contato virtual com o filho de três anos, via Skype ou Facetime. A 1ª câmara de Direito Privado assegurou os encontros online, pelo menos duas vezes por semana. Leia a matéria na íntegra [clikando aqui](#)

TJ-SP garante visitas paternas impedidas por inconformismo da mãe com fim da relação

Um pai conseguiu no TJ/SP garantir o cumprimento de regime de visitação fixado em demanda anterior, após o juízo de 1º grau negar tutela provisória ao argumento de que era indispensável aguardar a formação do contraditório. O autor alegou que a genitora passou a obstaculizar as visitas à filha pois não se conforma com o fim da relação, impedindo qualquer contato há aproximadamente seis meses, além de desferir ofensas gratuitas quando lhe envia mensagens telefônicas. Leia mais [clikando aqui](#)

TJ-SP: Foi publicado nesta terça-feira, 23/07, o provimento 35/19 da Corregedoria-Geral da Justiça de São Paulo. A norma facilita a autorização para viagens nacionais de jovens menores de 16 anos, dispensando a necessidade de autorização judicial no Estado. Leia a matéria na íntegra [clikando aqui](#)

TJ-SP: Desembargador segue entendimento do STJ e lamenta negar remédio à paciente com câncer

As operadoras de planos de saúde não são obrigadas a fornecer medicamentos importados não registrados pela Anvisa. Com base nesse entendimento, a 6ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao recurso de uma operadora para cassar a determinação de custear dois medicamentos importados e sem registro na Anvisa.

Durante o julgamento, os desembargadores lamentaram ter que proferir votos desfavoráveis à paciente e disseram que estavam "de mãos atadas". "É muito difícil dar provimento a esse recurso,



mas o STJ não nos dá abertura. É um caso grave e o medicamento ajudaria muito a paciente, mas nossos tribunais superiores não são sensíveis à causa. Lamentavelmente, estamos impedindo que uma pessoa lute pela vida”, afirmou o relator, desembargador Rodolfo Pelizzari. Para acessar a íntegra da matéria [clique aqui](#).

Estudante que ainda não concluiu ensino médio pode se matricular na faculdade

Estudante que ainda não concluiu o ensino médio consegue liminar para poder se matricular no ensino superior. Decisão é do juiz de Direito Bruno Machado Miano, da vara da Fazenda Pública de Mogi das Cruzes/SP. Para ler mais, [clique aqui](#).

Confira a [íntegra da decisão](#).

TJ-BA

29 anos do ECA: Desembargadora ressalta relevância e evolução da lei voltada para crianças e adolescentes. ([Clique aqui](#))

29 anos do ECA: Desembargador do TJ/BA destaca a atuação da Coordenadoria da Infância e Juventude. ([Clique aqui](#))

TJ-MS

Estado é condenado a garantir professor de apoio para aluno com down

Por unanimidade, os desembargadores da 1ª Câmara Cível negaram provimento a recurso interposto pelo Estado de MS contra sentença de primeiro grau que o condenou a disponibilizar de forma permanente para a estudante T.I.S.B. um professor de apoio para acompanhamento educacional especial.

Consta no processo que a menina tem 11 anos, é portadora de síndrome de Down e retardo mental, estuda no 2º ano de uma escola estadual em um município do interior e não está alfabetizada pela ausência de professor de apoio para acompanhamento de pessoa com deficiência. Após solicitar o profissional, foi avisada pela direção da escola que não haveria contratação de professor de apoio, prejudicando seu processo de aprendizagem.

Em primeiro grau, o Ministério Público estadual ingressou com ação civil pública para que o Estado de MS disponibilizasse um professor de apoio para acompanhamento educacional especial, depois de a coordenadora da escola ter explicado que não haveria contratação para acompanhamento da



criança em razão da idade (11 anos), visto que apenas os alunos entre 7 a 9 anos possuem o direito de professor especial para apoio. [Clique aqui](#) e acesse a notícia na íntegra.

TJ-ES

Projeto estimula adoção tardia e realiza sonhos de adolescentes e adotantes

Lançado em 2017 pelo TJ/ES, o Programa “Esperando por Você” facilita adoção de menores em idade mais avançada.

Segundo o Tribunal, o programa é voltado especificamente para crianças mais velhas, grupos de irmãos e aquelas que possuem alguma deficiência ou condição especial de saúde. Os candidatos só participam depois que todas as buscas nos cadastros nacional e internacional de adoção já tiverem se esgotado.

A campanha é feita da seguinte forma: os candidatos à adoção gravam um vídeo no qual se expressam de diversas formas, seja jogando bola, cantando, ou falando sobre seus sonhos. Os vídeos são disponibilizados no canal do YouTube do TJ/ES. [Clique aqui](#) para acessar o canal.

Desde que o Esperando por Você foi lançado, participaram da iniciativa 31 crianças e adolescentes, dos quais sete – todos com mais de 12 anos – já estão vivendo com novas famílias. Desses, uma estava prestes a completar a maioridade, dois são irmãos e três possuem condições especiais de saúde. [Clique aqui](#) e acesse a notícia na íntegra.

TJ-SC

Estudante receberá R\$ 60 mil após levar surra na escola que lhe custou perda do baço

A 5ª Câmara de Direito Público do TJ-SC confirmou a condenação de município da região Norte do Estado ao pagamento de indenização em favor de aluna de escola pública que, envolvida em uma briga com colega nas dependências do estabelecimento de ensino, sofreu diversos ferimentos e precisou inclusive se submeter a cirurgia para retirada do baço. Em 1º grau, a estudante já havia obtido reparação por danos morais. No julgamento no TJ, foram acrescidos também danos estéticos, que fizeram com que o montante indenizatório atingisse R\$ 60 mil. Leia mais [clikando aqui](#).



Magistrado determina que casal vacine filhos: "direito à saúde não está sujeito às convicções pessoais". Os pais alegaram que as vacinas expõem seus filhos a substâncias prejudiciais.

O desembargador Carlos Roberto da Silva, do TJ/SC, determinou que um casal providencie a imunização de seus três filhos, com todas as vacinas obrigatórias nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias. O magistrado manteve decisão de juízo singular e determinou também que o juízo de origem requirite à Secretaria Municipal de Saúde consultas médicas por pediatras para as crianças. Leia mais [clikando aqui](#). Veja a decisão [clikando aqui](#).

Padrasto é condenado por fazer criança de sete anos engolir fezes de cachorro

Um homem teve a condenação mantida pela 5ª Câmara do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) por praticar crime de tortura contra uma criança de 7 anos no Alto Vale do Itajaí. De acordo com denúncia do Ministério Público, o garoto era submetido a "intenso sofrimento físico e mental" como forma de castigo pessoal. [Leia mais](#).

Judiciário prestigia lançamento do programa Família Acolhedora no município de Videira. [Leia mais clicando aqui](#).

Discrepância sobre valor atrasado de pensão alimentícia suspende prisão de devedor

O Tribunal de Justiça concedeu habeas corpus para suspender mandado de prisão e o consequente encarceramento iminente de pai acusado de inadimplência de pensão alimentícia.

Isso porque, na análise do desembargador Hélio do Valle Pereira durante plantão judicial no final de semana, há controvérsia não solucionada em relação ao valor de tal débito, que por meio de cálculos distintos tanto pode ser de R\$ 4 mil, R\$ 400 ou mesmo inexistente, com a possibilidade até do executado ter recolhido valor maior que a obrigação. Para ler mais, [clique aqui](#).

Servidor do TJ/SC consegue licença-paternidade de 180 dias por nascimento de gêmeos

O juiz de Direito Otávio José Minatto, da vara da Fazenda Pública de São José/SC, deferiu tutela de urgência para servidor público estadual, garantindo assim 180 dias de licença-paternidade em decorrência do nascimento dos filhos do autor. Para ler mais, [clique aqui](#).



TJ-MG

Mariana-MG cria programa para crianças em risco.

Imagine um tempo em que todas as crianças, sem exceção, possam desfrutar do carinho e dos cuidados de uma família. O que parece utopia, em breve, irá se tornar realidade em Mariana, graças ao Programa Família Acolhedora, desenvolvido pelo Judiciário, em parceria com a prefeitura da cidade. ([Clique aqui](#))

TJ-RN

Escola é condenada a pagar indenização de R\$ 10 mil a aluno vítima de bullying

A Justiça condenou uma escola de Natal a pagar indenização R\$ 10 mil pelos danos causados a um aluno vítima de bullying. Na sua decisão, a juíza Thereza Cristina Gomes, da 14ª Vara Cível da comarca da capital, entendeu que houve omissão da instituição, mesmo após alertas da família. O valor estipulado ainda deverá ser acrescido de juros e correção monetária. ([Clique aqui](#))

TJ-RS

Multiparentalidade: Jovem consegue adoção socioafetiva e registro terá nomes de pais biológico e de coração

Magistrado registrou que “a noção de entidade familiar tem se modificado ao longo do tempo”.

O juiz de Direito Fernando Vieira dos Santos, de Gaurama/RS, concedeu adoção socioafetiva de uma adolescente, deixando no registro da menina o nome do pai biológico e do pai “de coração”. A medida reconhece a multiparentalidade, e iguala em direitos o pai de coração ao biológico, que não terá o registro alterado. Leia mais [clikando aqui](#).

“Pai também é quem cria!”

Uma rara ação envolvendo questões familiares, decidida com elogiável rapidez pelo Judiciário gaúcho: do ajuizamento até a sentença, apenas 41 dias de tramitação. Um acordo entre três partes, envolvendo vínculo parental. Leia mais [clikando aqui](#).



Tecnologia em prol da adoção

O Estado do Rio Grande do Sul tem mais de 600 crianças e adolescentes aguardando para serem adotados. Na outra ponta, há mais de 6 mil candidatos dispostos a formar famílias do coração. Os números foram divulgados pelo Judiciário gaúcho no ano passado e chamam atenção. Buscando viabilizar esses encontros, o TJ/RS criou uma ferramenta que busca dar forma ao sonho de pais e filhos: **o aplicativo Adoção**. Com o intuito de humanizar o processo, por meio do app, as pessoas que estão no Cadastro Nacional de Adoção têm acesso a vídeos, fotos, desenhos e expectativas de crianças que buscam uma família.

Destacamos trecho da notícia: “A ferramenta implementada no Estado traz vídeos, fotos, desenhos, sonhos e expectativas de dezenas de crianças e adolescentes aptos para adoção no Rio Grande do Sul. Por outro lado, representa a oportunidade de pessoas já habilitadas e que aguardam na fila do CNA - Cadastro Nacional de Adoção acabarem com a espera e se tornarem mães e pais. Atualmente, o app contabiliza 3 adotados, 9 guardas (enquanto tramita o pedido de adoção) e uma aproximação”. ([Clique aqui](#)).

TJ-PR

Canabidiol: TJPR mantém sentença que obrigou o Estado a fornecer medicamento para criança autista. ([Clique aqui](#)).

TJ-RJ

Vídeo de apologia ao crime com crianças deverá ser retirado do ar pelo Facebook. ([Clique aqui](#)).

Pais devem ser avisados sobre filhos atendidos em hospitais por consumo de álcool e drogas

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio declarou constitucional a Lei Estadual 7.829/2018, que determina que hospitais, postos de saúde e clínicas devem comunicar aos pais ou responsáveis legais e ao Conselho Tutelar os atendimentos, nos setores de emergência, de crianças e adolescentes que consumiram álcool e/ ou drogas. A sessão do Órgão Especial foi realizada na última segunda-feira (24/06). Para ler mais, [clique aqui](#).



TRT 2ª REGIÃO

Ex-funcionária indenizará centro educacional por publicar fotos de alunos em redes sociais

Ex-funcionária indenizará escola por divulgação de imagens de alunos em suas redes sociais sem autorização. A decisão é do juiz do Trabalho substituto Orlando Losi Coutinho Mendes, da 3ª vara de Diadema. Para ler mais, [clique aqui](#).

Confira a [íntegra da sentença](#).

8. NOTÍCIAS E ATUAÇÃO DO CNJ

Provimento nº82/2019/CNJ: Provimento trata de possibilidades de alterações nos sobrenomes de forma extrajudicial ([Clique aqui](#)). Veja o Provimento nº 82/2019 do CNJ.

Primeira Infância é tema de seminário promovido pelo CNJ na Região Norte

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promove em Manaus, nos dias 19 e 20 de setembro, o Seminário do Pacto pela Primeira Infância – Região Norte. O evento, que acontece na Escola Superior de Magistratura do Amazonas, prédio anexo ao Tribunal de Justiça (TJAM), integra o projeto “Justiça Começa na Infância: fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral”, coordenado pelo CNJ com apoio do Fundo dos Direitos Difusos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (CFDD). As inscrições podem ser feitas até o dia 13 de setembro neste link. O seminário marcará a adesão dos atores da região ao Pacto Nacional pela Primeira Infância. [Clique aqui](#) e leia na íntegra a matéria.

Experiência argentina com mediação em escolas é tema de palestra

O desafio de construir um espaço agradável e harmonioso dentro das escolas foi tema de debate na palestra “Mediação de Conflitos nas Escolas – Experiência da Argentina”, nesta segunda-feira (15/07). A atividade foi organizada pelo Programa de Aprimoramento em Mediação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Para maiores informações [clique aqui](#).



Adoção: CNJ integra cadastros e atualiza o passo a passo

Com o objetivo de otimizar e melhor estruturar as informações de competência dos juízos da infância e juventude e a gestão dos casos de acolhimento e de adoção, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) integrou os cadastros Nacionais de Adoção (CNA) e de Crianças Acolhidas (CNCA). Instituído pela Portaria Conjunta nº 4, o Sistema Nacional de Adoção (SNA) traz um conjunto dinâmico de informações que vão otimizar os dados das entidades de acolhimento e auxiliar os juízes nos processos de adoção em todo o país. Para saber mais [clique aqui](#).

Congresso internacional discute acolhimento familiar

Entre os dias 13 e 15 de agosto, Curitiba recebe o III Congresso Internacional de Acolhimento Familiar, evento que tem o apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A edição deste ano, que ocorrerá no Teatro Positivo, contará com painéis, oficinas e palestras de renomados especialistas do Brasil e do exterior destinadas a juízes, promotores, técnicos de varas da Infância e Juventude, assistentes sociais, psicólogos, conselheiros tutelares, advogados, membros de organizações não governamentais e estudantes. [Clique aqui](#) para acessar a matéria na íntegra.

Direito das Crianças: CNJ levará Pacto pela Primeira Infância à Região Norte

O segundo Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância ocorrerá em Manaus e já tem data marcada: 19 e 20 de setembro. O evento é promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e contará com representantes do Sistema de Justiça, do Poder Executivo nacional e estadual, do Legislativo, membros de organizações não-governamentais e especialistas no tema, que atuam na Região Norte do país. As inscrições podem ser feitas de 15 de julho a 13 de setembro. Para maiores informações [clique aqui](#).

Tribunal discute melhorias no cumprimento de medidas socioeducativas

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) se reuniu com representantes de vários órgãos públicos do estado para apresentar e discutir o 'Eixo 2', do Programa Justiça Presente, voltado ao aperfeiçoamento e melhorias no cumprimento das medidas socioeducativas por jovens e adolescentes apreendidos. O encontro de trabalho aconteceu durante toda a manhã desta terça-feira (2), na Sala Branca do TJPB. O GMF tem como coordenador o desembargador Joás de Brito Pereira Filho. Para saber mais [clique aqui](#).

Seminário debate gargalos e boas ideias na proteção da primeira infância

Sensibilidade, fluxos integrados, iniciativas e mais diálogos intersetoriais podem contribuir para promover a melhoria no cumprimento dos direitos das crianças nos mais variados setores de suas



vidas: foi o que representantes do Sistema de Justiça, do Poder Executivo nacional e da sociedade civil constataram durante os debates na tarde da última terça-feira (25/6), em Brasília, no Seminário pelo Pacto Nacional da Primeira Infância – Região Centro-Oeste, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e parceiros. [Clique aqui](#) para acessar a matéria na íntegra.

9. NOTÍCIAS DIVERSAS

Brasil adere a exame internacional para avaliar capacidade de leitura de crianças. Leia mais [clikando aqui](#).

Brasil fica em 99º lugar em ranking de proteção à infância

Mesmo sendo maior economia da América Latina, Brasil ficou atrás de países como Cuba, Chile, Argentina, Costa Rica, Uruguai, Peru, México e Equador.

A organização classificou o Brasil como um local onde “algumas crianças estão perdendo a sua infância”. Leia mais [clikando aqui](#).

Brasil é país com maior risco de violência contra crianças e adolescentes

O Brasil é o país com maior risco de violência contra crianças e adolescentes no mundo. A afirmação é do relatório *Child Rights Now – Análises da Situação dos Direitos da Criança*, realizado pelo Grupo Joining Forces. Para baixar a pesquisa completa, [clique aqui](#).

Organizações Child Rights Now: Relatório de Progresso dos Direitos das Crianças no Brasil

Na manhã desta quarta, 10 de Julho, a Visão Mundial se juntou a outras quatro instituições parceiras (a Plan International Brasil, a ChildFund Brasil, a Aldeia Infantis e a Terre des hommes Brasil) para discutir e mostrar comprometimento com os direitos das crianças e dos adolescentes que vivem no Brasil.

Como parte do programa Joining Forces, durante o evento foi lançado o “Relatório de Progresso dos Direitos das Crianças no Brasil”, documento que faz uma análise do cenário de pobreza, fome e desigualdades, aponta os principais pontos de atenção e lista conclusões e recomendações.

Abaixo, veja o documento completo: [RELATÓRIO DE PROGRESSO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS NO BRASIL](#).



Trabalho Infantil

Entidades repudiam declarações de Bolsonaro sobre trabalho infantil. Em transmissão ao vivo nas redes sociais na última quinta-feira, o presidente afirmou que "o trabalho dignifica o homem e a mulher, não interessa a idade". Ele também usou sua história como exemplo, dizendo que começou a trabalhar aos nove anos e "não foi prejudicado em nada". ([Clique aqui](#))

Iniciativa - Projeto Gente Grande - busca combater o trabalho infantil em Manaus

O PGG surgiu em 2016 e é desenvolvido por uma associação beneficente. O projeto visa proporcionar às crianças e adolescentes conhecimentos e habilidades, preparando-os para inserção no programa Jovem Aprendiz. Os jovens que aceitam sair do trabalho informal e até mesmo da mendicância, participam de quatro ciclos de desenvolvimento – pedagógico, pessoal, tecnológico e profissional –, que duram dois meses cada. Leia mais [clikando aqui](#).

Atuação do IBDFAM

IBDFAM participa de audiência pública no Senado Federal e diz “não” à revogação da Lei de Alienação Parental. ([Clique aqui](#))

Aniversário de 29 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente

E por falar em ECA, no próximo sábado, o Estatuto celebra 29 anos. Pouco a celebrar, pois o relatório divulgado esta semana por cinco ONGs que trabalham pelos direitos de crianças e adolescentes mostra retrocessos. ([Clique aqui](#))

Estupro de bebês no Brasil

O comércio com estupro de bebês no Brasil ([Clique aqui](#))

Estatística do abuso sexual envolvendo crianças: “51% das crianças abusadas sexualmente no Brasil têm de 1 a 5 anos”.

Aumento dos índices de suicídio em Mato Grosso

Dados da SESP apontam 107 (janeiro a maio/2019) casos de suicídio em MT. Casos de suicídio tiveram aumento de 10% em Mato Grosso em 2019. Voluntários do Centro de Valorização da Vida (CVV) têm notado maior incidência de jovens entre as vítimas e apontam que as redes sociais, geralmente, influenciam nesse quadro. Para ter acesso a íntegra da matéria, [clique aqui](#).



Mora do Poder Judiciário

No ano passado, o CNJ revelou que há 80 milhões de processos em tramitação aguardando para serem julgados definitivamente. De acordo com o levantamento, se não entrasse mais nenhum processo no Judiciário, seriam necessários cerca de dois anos e sete meses para zerar o acervo. ([Clique aqui](#))

Panorama da mediação e conciliação no País

Pesquisadores da USP analisam a mediação e a conciliação no país e apontam ações. A pesquisa foi realizada por professores da Faculdade de Economia e Administração.

Em cerca de 10 meses, a partir de um banco de dados com 160 milhões de documentos, pesquisadores da Faculdade de Economia e Administração da USP (campus Ribeirão Preto/SP) conseguiram traçar um quadro atualizado da mediação e da conciliação no país. A pesquisa **“Mediação e Conciliação avaliadas empiricamente: jurimetria para proposição de ações eficientes”** venceu o edital da série “Justiça Pesquisa”, do CNJ, e foi recentemente apresentada. [Confira a pesquisa na íntegra.](#)

Notícia Internacional

História de Amor *site* Love What Matters. Bebê de 2 anos grita “papai” após fim do processo de adoção. Leia mais [clikando aqui](#).

10. ARTIGOS

“A Atuação do MP na Solução Consensual de Conflitos Escolares”, escrito por DOUGLAS LINGIARDI STRACHICINI, Promotor de Justiça no Estado de Mato Grosso (MPMT) e membro colaborador da Comissão de Direitos Fundamentais e da Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). ([Clique aqui](#)).

“O Silêncio da Saída”, escrito por EMANUEL FILARTIGA ESCALANTE RIBEIRO, Promotor de Justiça em Mato Grosso. Leia o artigo [clikando aqui](#).



“A contagem dos prazos nos ritos regulados pelo ECA ocorre em dias CORRIDOS (não se aplica a regra dos dias úteis do CPC/2015) ”, escrito por MÁRCIO ANDRÉ LOPES CAVALCANTE, Juiz Federal do TRF da 1ª Região. ([Clique aqui](#)).

“Papo Jurídico: Revelia e guarda compartilhada”, por GUILHERME GALHARDO ANTONIETTO. ([Clique aqui](#)).

“Da responsabilidade solidária na assistência à saúde no SUS”, escrito por ANA CAROLINA MOROZOWSKI, juíza federal substituta da 3ª Vara Federal de Curitiba e especializada em saúde, e LUCIANA DA VEIGA OLIVEIRA, juíza federal da 15ª Vara Federal de Curitiba e coordenadora do Comitê Executivo da Saúde do CNJ do PR. Leia o artigo [clitando aqui](#).

“Alienação parental e a capacidade de odiar”, escrito por MARIA BERENICE DIAS, advogada e vice-presidente Nacional do IBDFAM - Instituto Brasileiro de Direito de Família. Leia o artigo [clitando aqui](#).

“Direito à educação e o dever de educar-se”, escrito por GRAZIELLY DOS ANJOS FONTES GUIMARÃES (ADFAS - Associação de Direito de Família e das Sucessões) mostra que o direito à educação não pode se pressupor apenas pela positivação nas cartas constitucionais, mas a sua necessidade de existir no plano dos fatos, valendo-se o seu caráter de universalidade, própria dos direitos fundamentais. Leia mais [clitando aqui](#).

“Trabalho Infantil - Mito e Realidade”, escrito por AMANDA FERNANDES FERREIRA BROECKER, Procuradora do Trabalho no Mato Grosso. Leia o artigo [clitando aqui](#).

“Adoção à brasileira: crime ou causa nobre?”, escrito por EDUARDO LUIZ SANTOS CABETTE e RAPHAELA LOPES RODRIGUES. Leia o artigo [clitando aqui](#).

“O que pode levar o adolescente a tentar o Suicídio”, escrito por CLÁUDIA FARIA, Psicóloga. Leia o artigo [clitando aqui](#).



“Licença-maternidade para casal homoafetivo”, escrito por EUDES QUINTINO DE OLIVEIRA JÚNIOR, Promotor de Justiça aposentado do MP/SP. Leia o artigo [clcando aqui](#).

“O STF e os medicamentos sem registro na ANVISA”, escrito por EUDES QUINTINO DE OLIVEIRA JÚNIOR, Promotor de Justiça aposentado/SP, mestre em direito público, pós-doutorado em ciências da saúde, reitor da Unorp, advogado. [Clique aqui](#) e leia a íntegra do artigo.

Artigos Publicados no ano 2018 pela Revista Digital Multidisciplinar do MP-RS.

O primeiro, sob o título **“Fomento à Política Pública de Educação”**: Possibilidades para o Assessoramento do Serviço Social, de autoria de FABIANA AGUIAR DE OLIVEIRA E SILVIA DA SILVA TEJADAS, aborda algumas estratégias do assessoramento do Serviço Social no processo de fomento à Política de Educação realizado pelas Promotorias Regionais da Educação no Estado.

O segundo, versando sobre **“Pessoa Com Deficiência, Ato Jurídico, Manifestação da Vontade e O Casamento dos Relativamente Incapazes Submetidos à Curatela”**, é de autoria do Dr. LUCIANO DIPP MURATT, Procurador de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

O terceiro artigo, sob o título **“Lei nº 13.041/2017 e o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência”**, de autoria da Dra. DENISE CASANOVA VILLELA, Promotora de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul e KASSIANY CATTAPAN DO SANTOS, Assessora Jurídica do Ministério Público do Rio Grande do Sul, tem por objetivo fazer uma análise técnico-jurídica da Lei nº 13.431/17 à luz do sistema de garantias de direitos das crianças e dos adolescentes vítimas e testemunhas de violência, mostrando suas inovações e desafios.

Para ter acesso aos artigos, [clique aqui](#).

Boletim Informativo do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

Equipe do CAO:

Márcio Florestan Berestinas – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO Infância e Juventude

Paulo Roberto Jorge do Prado – Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Especializada de Defesa da Criança e do Adolescente

Rita de Cássia Arnaut Amadio – Analista Jurídica

Lucas Blanco Bezerra – Auxiliar Ministerial